

Defesa armada – Caminho para a paz

Pode afirmar-se que desde tempos imemoriais o sentimento de Paz, de tranquilidade, sempre tiveram como alicerce indispensável a garantia de segurança, quer esta fosse de carácter apenas passivo, quer se se tratasse de um esforço consciente, dinâmico e portanto de carácter activo.

Exemplos de uma segurança passiva, encontram-se já, não só entre os animais, mas entre as comunidades humanas primitivas anteriores à História, que buscam em cavernas, em habitações lacustres construídas sobre palafitas, ou em castros fortificados situados em pontos dominantes, a paz e a tranquilidade para o seu duro e difícil viver quotidiano.

Tratava-se portanto de um esforço e de uma atitude colectivos que apenas procuravam criar as condições que eximissem essas comunidades das atitudes ou das acções agressivas de um possível adversário.

Podemos designar este esforço colectivo de segurança, por Defesa Passiva. Muralhas, fortificações, obstáculos, montanhas ou pontos fortes do terreno, ocultação de luzes, “camuflagens” etc., são exemplos comuns de defesas passivas

Na segurança dinâmica, portanto de carácter activo, as comunidades humanas tomam medidas com fins não só dissuasores, mas buscam mesmo a capacidade activa, violenta e coerciva de repetir, e até de neutralizar ou destruir o próprio agressor.

Vamos designar esta segurança dinâmica por uma expressão mais comezinha:

Vamos chamar-lhe Defesa Armada, porque é por meio de comunidades dotadas de armamentos desde os mais ou menos simples, até aos mais evoluídos, que ela se materializa.

Ora não só a própria História, mas até a evidência arqueológica nos dizem que desde muito cedo as comunidades humanas souberam que em muitos casos uma Defesa Passiva de nada serve se não estiver associada a uma Defesa Armada.

Na verdade muralhas, fortalezas, obstáculos do terreno, campos minados, Linhas Maginot, etc. de nada servem se não estiverem guarnecidos de defensores bem armados e equipados.

Mas perguntamo-nos neste momento: Não será então possível que as comunidades humanas e a Humanidade em si, possam viver em Paz sem ter de recorrer a armas, exércitos e finalmente à guerra com todo o seu cortejo de desumanidades, a Guerra que o nosso grande Padre António Vieira, verdadeiro “Imperador da Língua Portuguesa”, apelidava de “esse monstro devorador de vidas e fazenda...” e durante a qual “nem Deus está seguro nos altares”!?

A Guerra, infelizmente, é um fenómeno endémico da própria Humanidade que está presente na História de todas as culturas, de todas as civilizações, das mais ricas às mais pobres, das mais evoluídas às mais atrasadas, em todos os tempos de que há memória.

E precisamente porque a Guerra é a própria desumanidade, é que desde sempre se multiplicaram esforços, se verteu sangue, se consumiram bens incontáveis no esforço paradoxal de evitar que chegou não poucas vezes a fazer a guerra em nome e busca da Paz.

Em nossos dias os episódios dos Balcans, do Golfo ou do Afeganistão são exemplos vulgares desta verdade.

“Homo homini lupus”, o Homem é o lobo do Homem, já proclamava a velha sabedoria pela boca de Plauto, ao considerar a dramática persistência da guerra ao longo de todas as idades da História.

Mas tal constatação não nos deve levar ao abandono dos esforços, de todos os possíveis esforços para a evitar, porque também é verdade que muitas vezes guerras foram evitadas quase “no último minuto”, porque homens houve que não desistiram da busca da Paz.

Por outro lado a nossa própria experiência pessoal ensina-nos que todo o bem, tudo é valioso, se não for eficientemente acautelado, isto é convenientemente defendido, fácil e fatalmente se torna em objecto de cobiça, de assalto, de roubo, se não mesmo de destruição.

E que maiores bens haverá que a riqueza das nações, o seu território, a sua posição estratégica na articulação de áreas continentais e marítimas,

até o simples espaço permissor de expansão e gerador de poderio, e sobretudo a própria população com a sua capacidade de criar, de produzir e até de ser mobilizada.

Será sensato que deixemos tais valores sem qualquer defesa, mesmo que seja apenas dissuasora, perante a cobiça, a possibilidade violenta de conquista ou absorção como ainda na vida de muitos de nós vimos acontecer aqui na civilizadíssima Europa, nos casos dos Sudetas, na Alsácia Lorena, em Dantzig e na própria Áustria, ou já após a 2.^a Guerra Mundial, na Karélia finlandesa, nos Países Bálticos, na Polónia oriental, na Prússia, etc.

Criou-se o mito de que os armamentos são a origem das guerras, mas a verdade é que a agressividade e a guerra nascem no coração dos homens e sempre se combateu, quer com calhaus aguçados em “pico” e bifaces, ou com fundas, setas, espingardas, metralhadoras, bombas, canhões, gases, helicópteros de ataque, ou até com o poderio do átomo, etc.

Por paradoxal que pareça, as armas podem até ser a chave para uma situação de paz.

Foi em meados do Século XVI, que uma nau portuguesa, em plena tempestade, deu à praia da pequena ilha japonesa de Tanegashima, cujos habitantes nem sonhavam que um “cajado” a que se apoiava um dos naufragos iria ser o instrumento providencial para acabar com um longo período de séculos de guerras contínuas que abalavam o império Nipónico. Na verdade quando o “Daimo”, o senhor feudal da área, conseguiu armar os seus homens com “tanegashimas”, ou seja, cópias da espingarda portuguesa fabricada no Arsenal de Goa – A “Casa das Dez Mil Espingardas”, venceu facilmente os restantes senhores da guerra e unificou o Japão, dando início a uma longa época de paz e prosperidade.

Ainda hoje é venerada e admirada a velha espingarda portuguesa de que se fabrica actualmente réplicas exactas da primitiva arma.

Mas voltemos ao tema da Defesa Armada a que nos propusemos para esta nossa conversa.

Em 1940, durante a 2.^a Guerra Mundial, os serviços secretos suíços conseguiram a informação que o III.^o Reich estudava a possibilidade de atacar o Estado Helvético com o seu sistema bancário que guardava autênticas fortunas em ouro e divisas, que ali tinham procurado segurança, além de várias personalidades importantes que eram adversas ao governo de Adolfo Hitler, personalidades a que o Ditador gostaria de deitar a mão.

O Governo Suíço não perdeu tempo e entregou a sua defesa a um homem notável o General Henri Guisan que comandava desde 1933 o I Corpo de Exército e que foi nesse ano nomeado Comandante em Chefe do Exército Suíço.

Guisan imediatamente iniciou o célebre plano de defesa segundo o qual a área montanhosa central do país – o Reduto – foi fortificada com túneis, arsenais, quartéis subterrâneos, hangares, baterias e postos de combate a coberto das massas montanhosas. Preparou a destruição dos enormes viadutos e pontes de modo a dificultar ou mesmo impedir a progressão de tropas inimigas.

De tal modo o General Guisan tornou difícil a ocupação dos 41 293 km² de território helvético, que o Alto Estado Maior Alemão, tendo em conta os custos extremamente elevados da conquista e submissão da Suíça não compensados pela posse do objectivo, desistiu do ataque.

Eis um exemplo perfeito de que se pode entender por Defesa Armada.

O General Henri Guisan deixou o Serviço activo em 1945 com 71 anos de idade. Faleceu em 1960, com 86 anos e é lembrado como um dos Heróis Nacionais da Suíça.

Mas a Defesa Armada dos Suíços, um pequeno Estado encravado entre grandes potências, com pouco mais que metade da nossa população, mesmo em tempo de paz e proclamando uma estrita neutralidade várias vezes comprovada, mantém-se activa e vigilante.

Basta lembrar que em 1992 o Estado Helvético contava 565 000 homens nas suas fileiras além de cerca de 400 000 em forças paramilitares, apoiados por 870 Carros de combate e 270 aviões de caça bombardeiros (in Britannica, 1992 Book of The Year – Regular Armed Forces of the World, p. 228).

Em tempo de paz, sem que se descortine no horizonte das relações internacionais uma qualquer ameaça, deverá uma Nação, Portugal por exemplo, manter uma eficiente Defesa Armada?

Penso que a História, no nosso caso, tem algo a dizer-nos sobre esta questão.

Em primeiro lugar temos um facto que se tem mantido persistente ao longo de Séculos que é este:

Toda a potência que domina a Meseta Ibérica, sempre, e repetidamente tentou absorver as periferias da Península.

Tal aconteceu com Cartago, com Roma. Com o Império Visigótico e com o Reino de Castela.

Assim vimos desaparecer as autonomias da lusitânia, do Reino dos Suevos, da Galiza, do Reino de Granada, da Catalunha, do País Basco e até durante 60 anos do próprio Reino de Portugal.

Outra lição que podemos colher da História é a do período que sucedeu à Guerra dos Sete Anos e ao consulado de Pombal.

Na previsão da Guerra contra as forças franco-castelhana criaram-se novos regimentos, aumentaram-se os orçamentos militares, intensificou-se a instrução, chamou-se Marechal Conde de la Lippe para Comandante e reorganizador do nosso Exército, que se tornou numa exemplar máquina de guerra.

Finda a Guerra dos Sete Anos, Pombal despede la Lippe, encerra várias Unidades e reduz as finanças dos militares a orçamentos de quase extinção, confiado na paz e na ausência de ameaças.

Só que poucas décadas depois, quando menos se contava e de onde menos se esperava, surge não só uma ameaça, mas um inimigo letal: o Império Napoleónico.

E foi assim que as tropas franco-castelhanas da 1^a Invasão francesa entraram num Reino praticamente desarmado, sem exército e sem militares, Reino que os invasores talaram, saquearam, mataram e violentaram de norte a sul, de tal modo que dois séculos depois ainda sentimos hoje no nosso atraso os efeitos desse período na nossa história.

A conclusão que podemos tirar é a de que a ameaça e um inimigo podem surgir súbita e inesperadamente, enquanto, que refazer forças armadas sem equipamentos requiere no mínimo 20 a 25 anos.

Por isso também os antigos afirmavam como verdade infumável: “Si vis pacem para bellum”, se queres a paz, preparar a guerra, é criar e manter uma capacidade militar que no mínimo dissuada qualquer ataque que vise o Território ou ofenda os interesses vitais de uma nação.

Naturalmente uma defesa Armada deve sempre ser complementada com amor da Pátria, estabilidade de uma próspera economia, grande sentido nacional nas decisões políticas, estabelecimento de alianças defensivas, etc., pois só uma comunidade que está segura e confiante nos seus meios de defesa, consegue viver em Paz e conviver com as outras comunidades em pé de igualdade e respeito mútuo.

A manutenção de uma Defesa Armada tem custos elevados?

Claro que tem, mas é sempre muito mais barata que os bens que pretende garantir: A liberdade, a Soberania e a Dignidade de uma Comunidade Humana.

GENERAL CARLOS DE AZEREDO

Os bens comuns e o bem comum

O tema em apreço é particularmente vasto, pelo que o presente texto debruçar-se-á sobre um aspecto em particular e, através de quatro exemplos concretos, entre muitos possíveis, aferir até que ponto a privatização da Natureza, o nosso dote comum, põe em risco o bem-estar colectivo e até mesmo a sobrevivência da humanidade tal como a conhecemos.

Há 2000 anos atrás a floresta tropical húmida cobria cerca de 12% da superfície terrestre. Nos últimos 100 anos cortou-se e queimou-se mais de metade desse valor e anualmente são arrasados mais de 20 milhões de hectares. A extinção das espécies nos trópicos é 10 000 vezes maior que a taxa natural de evolução de novas espécies. Isto não é obra dos índios, nem dos seringueiros, que há gerações lá têm vivido de modo sustentável, mas sim de empresas multinacionais como a Nestlé, a Volkswagen ou a Mitsubishi que, apoiadas numa polícia corrupta e em sofisticada maquinaria pesada (e deixando um rasto de mortos, dos quais Chico Mendes é o seu expoente mais mediático) se apropriaram de vastíssimas zonas comuns, arrancaram todo o coberto vegetal, produziram gado durante 3 a 5 anos, e no fim abandonaram um deserto erodido e sem qualquer hipótese de regeneração. Porquê? Fica alguns centimos mais barato produzir carne nos trópicos e exportá-la para o mercado americano, europeu e japonês, do que fazê-lo nos próprios países e pagar o preço justo pelas terras e demais regras de protecção ambiental. Assim os consumidores dos países ricos podem comer mais carne do que alguma vez comeram, à custa da sua própria saúde, e nunca faltarão no supermercado latinhas de carne para os cães e gatos das classes abastadas. O verdadeiro preço? O maior tesouro biológico da humanidade completamente desbaratado muito antes de ter sido compreendido ou sequer inventariado, comunidades inteiras sem